

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**A inteligência da subserviência**

As “elites” não aprendem com a história. A sua incapacidade não é intelectual. É de subserviência política aos que criaram montanhas de nada (crédito fictício)



Carlos Pimenta

1. Há uma estreita relação entre as dinâmicas cíclicas dos negócios, da hegemonia de ideologias, da tendência para o esquecimento da inevitabilidade das crises, da prática de crimes de colarinho branco, de comportamento político face aos “mercados” e das concepções éticas.

É inequívoco o impacto actual da financiarização e desindustrialização dos países capitalistas centrais; da ideologia neoliberal; das teses do fim da história e da superação das crises; das fraudes financeiras, da corrupção, da lavagem de dinheiro e da economia ilegal; da ausência de regulação e fiscalização por parte do Estado; da debilitação da moral e da assunção de que o crime compensa. É inequívoco o sincronismo destes múltiplos aspectos na actual crise estrutural do capitalismo.

O entrelaçamento encoberto e espontâneo das “máfias organizadas” no funcionamento da economia faz parte do nosso presente.

As “elites” não aprendem com a história. A sua incapacidade não é intelectual. É de subserviência política aos que criaram montanhas de nada (crédito fictício) e hoje sugam as populações para refazerem as montanhas imaginadas. Para a economia deles ir bem tem o país de ir mal.

2. Um livro recente (“À Minha Maneira...”, de Filipe Fernandes) vem revelar-nos acontecimentos similares aos de hoje quando da crise de 1929/33.

As dificuldades, e o apoio do Estado, não foram com o BPN & C.^a mas com um banco estruturante do império colonial, o Banco Nacional Ultramarino. Mas as semelhanças são gritantes.

Vive-se uma crise de sobreprodução que afecta todo o sistema bancário. Durante a fase de expansão da economia fizeram-se negócios de curto prazo de elevado risco, privilegiaram-se os amigos que as teias do poder eco-

nómico aconselhavam, houve fraudes avultadas, impunes ou quase, mesmo depois de detectadas. A fraude gerou riqueza para quem a praticou.

Na Europa defendiam-se políticas de equilíbrio orçamental, abrindo-se excepções para a salvação da banca. Germinavam os conflitos sociais que desembocaram nas ditaduras e na Segunda Guerra Mundial.

Essas dramáticas situações nada ensinaram. Então como agora as manifestações da crise são semelhantes e os erros políticos também. Como diz Galbraith, “os desastres financeiros são rapidamente esquecidos”. Economistas e políticos têm memória curta.

3. As semelhanças entre as duas crises não nos devem fazer esquecer as diferenças.

Éramos uma sociedade mais atrasada, condicionada e fechada, implantados numa Europa mais preponderante política, cultural, tecnológica e industrialmente no plano mundial. Então havia maior capacidade de decisão política nacional e o Banco de Portugal funcionava como financiador de última instância (pretendia-se respei-

tar o padrão-ouro, mas a crise forçou a uma maior autonomia do sistema bancário e sua ligação à sociedade).

A mundialização ampliou-se, para o bem e para o mal. Hoje prolifera a economia paralela. A criminalidade económica internacional tem assento no banquete dos negócios à escala mundial. A independência nacional diluiu-se nos jogos de poder europeus.

4. O 25 de Abril de 1974 é uma ruptura insofismável na passagem da ditadura para a democracia, no fim do império colonial, na assunção da dignidade e da vontade de um povo.

Mas não será a “ditadura dos mercados” uma ameaça à efectiva democracia política? Não será que o actual “estado de golpe”, de que fala Manuel Alegre, associado às graves tensões na Europa e na região mediterrânica, uma possível porta de entrada do golpe de Estado?

Escreve à sexta-feira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude



Não é a primeira, nem a segunda, nem sequer a terceira vez

iCORREIO**RESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES E DOS DEPUTADOS PELO ESCÂNDALO DOS “SWAPS”**

Ficarei muito agradecido se alguém puder dizer-me como é que se pode dizer que são os contribuintes que vão pagar os 600 milhões (70 a 80 euros cada contribuinte), ou os 4 mil milhões (450 a 500 euros cada contribuinte), ou seja do que for, dos prejuízos dos swaps (além das aplicações em títulos de risco feitas (em plena crise!!) pelo Instituto de Gestão da Segurança Social), porque não sei quanta gente está disposta a baixar a bolinha perante esta pouca-vergonha de uns quaisquer cidadãos - trepados pelos partidos nos complots intra-partidários e alçados a cargos elevados sem terem estofo moral, e não sei se com preparação técnica para eles - aproveitarem-se dos cargos que ocupam em entidades públicas para manipularem abusivamente o nosso dinheiro, especulativamente, com o evidente objectivo de ganharem muito dinheiro, especulativamente, para eles ganharem mexiânicos milhões de prémios de gestão, sem que ao Zé-Vulgar caia nada nos seus bolsos, ou, deles saia menos por, pelo menos, redução dos preços-taxas dos bens e serviços fornecidos por essas entidades, mas agora, que perderam, o Zé que pague?!? essa é boa! primeiro paguem eles e quem lhes deu cobertura, autorizou os contratos e os manteve, até ficaram em pelota e a dormir debaixo das pontes - e depois, logo se vê.

J. VASCONCELOS - POR EMAIL



As mensagens dos leitores devem ser enviadas para o seguinte endereço: correo.leitores@ionline.pt